

Banco credor quer sócios brasileiros

**RIO
AGÊNCIA ESTADO**

O grupo Manufacturers Hanover — quarto maior credor norte-americano do Brasil — quer se associar com empresas brasileiras de primeira linha para investimentos de risco, e sua atuação no leilão de conversão da dívida externa, realizado anteontem em São Paulo, foi o primeiro passo nesse sentido. A afirmação é do presidente da Manufacturers Hanover Arrendamento Mercantil S/A, Gilberto Prado, que, na hierarquia da corporação ocupa um dos postos de vice-presidentes seniors. Ainda que o banco tenha abraçado uma rara oportunidade de negócio no leilão — converteu, em valores líquidos, US\$ 17 milhões em áreas livres (deságio de 13,5%) e US\$ 43,4 milhões em áreas incentivadas (deságio de 16% — ele diz que isso não foi meramente episódico, mas parte de uma visão estratégica. “Aceitamos ser investidores de risco do Brasil e não temos receio quanto ao futuro de crescimento do País”, afirmou.

Ser sócio do Brasil, em vez de apenas credor, é uma opção bastante atraente para os bancos estrangeiros, segundo Gilberto Prado, mesmo que, nesse momento, a conjuntura interna não prime pelo equilíbrio. Os motivos principais são três: em primeiro lugar, o banco tem reduzido o seu risco de crédito, na medida em que ele muda a qualidade do investimento e diversifica o seu **portfólio**, trocando promissórias por ações patrimoniais.

Outra razão é o potencial de remuneração maior desses investimentos de risco diante daquele oferecido pelos empréstimos tradicionais, ainda que não tenham as mesmas garantias contratuais. E, por fim, a diminuição do estoque da dívida externa brasileira implica a valorização dos títulos da dívida que ainda permanecem na carteira do banco.

Prado não quis confirmar, nem desmentir, que o montante das conversões do Manufactures feita no Brasil (US\$ 60,4 milhões líquidos) será dirigido para um empreendimento industrial de papel e celulose no Sul da Bahia, com a participação das companhias Suzano e Vale do Rio Doce. Alegou “sigilo comercial” e necessidade de, primeiro, o Banco Central aprovar o projeto. Garantiu, entretanto, que as empresas estão enquadradas na qualificação de “primeira linha”.